

# DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS EM PROCESSOS DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS DO SÉCULO XIX E XX – FUNDO FÓRUM BENJAMIN COLUCCI/ARQUIVO CENTRAL – UFJF

**Cartographic materials in land division and land demarcation files in the 19th and 20th centuries – Fórum Benjamin Colucci Fonds / Arquivo Central – Universidade Geral de Juiz de Fora (UFJF)**

**Andréia de Freitas Rodrigues** | Restauradora do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em História da Arte pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Email: [andreaia.rodriques@ufjf.edu.br](mailto:andreaia.rodriques@ufjf.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0880541257889584>

**Luiz Henrique Souza de Giacomo** | Arquivista da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Email: [luizgiacomo@yahoo.com.br](mailto:luizgiacomo@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2898317072418123>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1388-2965>.

## Resumo

Algumas tipologias processuais se constroem de forma complexa, com uma grande variedade de tipologias documentais em sua composição. Nessa fase de produção, outros gêneros documentais, para além do textual, podem ser observados, como é o caso de documentos do gênero iconográfico (desenhos, fotografias, mapas). O presente artigo lança luz ao tratamento que vem sendo dado aos documentos cartográficos presentes em processos de divisão e demarcação de terras, no recorte temporal da segunda metade do século XIX e da primeira do XX, do fundo Fórum Benjamin Colucci, sob custódia do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e exploratória, que, a partir de exemplos de documentos cartográficos de nosso acervo, lança luz aos tratamentos arquivístico e de conservação que vêm sendo adotados. Como resultado, buscamos apresentar um caminho para o tratamento documental de documentos cartográficos. Para tanto, aborda-se o conceito de documento cartográfico; a natureza do conjunto documental, em especial a série documental em análise; as especificidades dos documentos cartográficos encontrados; e os procedimentos arquivísticos e de conservação que vêm sendo adotados no tratamento técnico dos processos fundiários.

**Palavras-chave:** Documentos cartográficos. Demarcação de Terras. Tratamento técnico. Fórum Benjamin Colucci. Universidade Federal de Juiz de Fora.

## Abstract

Some types of files are complex, with numerous documental categories in their composition. In the process, other documentary formats, besides textual, can be observed, for instance, in the iconographic format (drawings, photographs, maps). This article sheds light on the processing of cartographic materials within land division and land demarcation files. The time frame consists of the second half of the 19th century and the first half of the 20th. The documentation originates from the Fórum Benjamin Colucci archive groups, held by the Arquivo Central of the Universidade Federal de Juiz de Fora. This study has a qualitative and exploratory approach based on examples of cartographic materials coming from the Arquivo Central record groups. It analyses the archival and conservation processing adopted. As a result, we seek to present a way for the archival processing of cartographic materials. For this purpose, it addresses the concept of cartographic materials, the nature of the documentation, especially the series under scrutiny, the specificities of the cartographic materials analyzed, and the archival and conservation procedures adopted in the archival processing of land files.

**Key-words:** Cartographic materials. Land demarcation. Archival processing. Fórum Benjamin Colucci. Universidade Federal de Juiz de Fora.

## Introdução<sup>1</sup>

“Em 1881, o arqueólogo iraquiano Hormuzd Rassam descobriu um pequeno fragmento de tabuleta de argila com caracteres cuneiformes de 2.500 anos de idade nas ruínas de Sippar, antiga cidade babilônica localizada nos arredores do sudoeste da Bagdá moderna e hoje conhecida como Tell Abu Habbah. A tabuleta era apenas mais uma das quase 70 mil desenterradas por Rassam durante um período de dezoito meses e enviadas para o Museu Britânico, em Londres. (...) Hoje, a tabuleta está em exibição pública no Museu Britânico, com o título de “Mapa Babilônico do Mundo”. Além de ser o primeiro mapa conhecido do mundo, a tabuleta descoberta por Rassam é o mais antigo objeto subsistente representando, em um plano, uma vista aérea do mundo inteiro. O mapa é composto por dois anéis concêntricos, e dentro de cada um deles encontra-se uma série de círculos aparentemente aleatórios, oblongos e curvos, todos centrados em um orifício, aparentemente feito por um par de compassos primitivos. Distribuídos de modo uniforme ao redor do círculo externo encontram-se oito triângulos, apenas cinco dos quais permanecem legíveis. Somente quando o texto cuneiforme é decifrado é que a tabuleta passa a fazer sentido como mapa” (BROTTON, 2014, p.21)<sup>2</sup>.

Começamos nosso texto com uma citação retirada do livro ‘Uma história do mundo em doze mapas’, do autor Jerry Brotton. No breve excerto, o entendimento da tabuleta enquanto um mapa é condicionado à decifração da escrita cuneiforme. Contudo, quantos documentos cartográficos não nos parecem completamente estranhos em nossos acervos, seja pelo pouco conhecimento que temos da linguagem cartográfica ou arquitetônica – que aqui se assemelharia à língua babilônica e precisaria de um intermediador, ou seja, um tradutor para se fazer clara aos profissionais de arquivo e aos usuários –, seja por esses documentos não terem recebido o devido tratamento arquivístico que merecem? Há uma grande complexidade em se trabalhar com documento cartográfico, pois ele exige um tratamento documental específico, além do arquivístico, para que toda a sua riqueza informacional, em linguagem não textual, seja acessível. Muitos ainda estão esperando por serem elucidados, tornando-os objetos de estudo.

Muitas vezes, a prática arquivística nos impõe desafios. Para reunir, organizar, preservar e disponibilizar os documentos de arquivo são necessários estudos, reflexões, tomadas de decisão que possibilitem novas abordagens relacionadas às construções históricas, sociais e culturais. A Cartografia, uma ciência por definição, entendida como o “Conjunto de operações científicas, artísticas e técnicas produzidas a partir de resultados de observações diretas ou de explorações de documentação, tendo em vista a elaboração de cartas, plantas e outros tipos de apresentação e também a sua utilização” (DUARTE, 2002, p.15) produz documentos para os quais a própria categorização e organização, nas bases arquivísticas, necessitam de atualizações e mais estudos.

A documentação cartográfica está presente em arquivos das mais diferentes idades. Enquanto peças documentais dos arquivos correntes e intermediários, ela se apresenta como fonte de conhecimento fundamental para a tomada de decisões em ações e intervenções em ambientes construídos ou naturais. Enquanto peças dos arquivos permanentes, ela constitui uma fonte de informação singular, pois são ricos objetos para pesquisas, haja vista que esses documentos abarcam diferentes áreas do conhecimento, tais como história, geografia, arquitetura, engenharia.

Em qualquer ponto do ciclo vital dos documentos, é essencial a adoção de um tratamento arquivístico adequado, que vise a manutenção da organicidade e do contexto de produção, inclusive em conjuntos

<sup>1</sup> Antes de começarmos nosso texto, gostaríamos de agradecer às arquivistas do AC/UFJF Alessandra de Carvalho Germano e Arlene Xavier Santos Costa e ao Professor Pedro José de Oliveira Machado, docente da graduação de Geografia/UFJF e seu aluno Adriano Azevedo da Silva, estagiário no AC/UFJF, por toda colaboração recebida no desenvolvimento do trabalho que possibilitou a escrita deste texto.

<sup>2</sup> Para consultar o tablete ‘O mapa babilônico do mundo’, cf: Disponível em: [https://www.britishmuseum.org/collection/object/W\\_1882-0714-509](https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1882-0714-509). Acesso em: 19 abr. 2023.

documentais que possuem em seu interior documentos cartográficos, apesar de suas especificidades (suporte, técnicas de registro, dimensões, autoria, linguagem não textual, por exemplo) se apresentarem como um desafio aos profissionais de arquivo. Como aponta Ieda Bernardes, “gestão, preservação e acesso, tripé sobre o qual deve se assentar toda e qualquer política de arquivos” (BERNARDES, 2015, p.169).

No que diz respeito à gestão documental dos documentos cartográficos, a Resolução nº 41, de 09 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), estabelece que os documentos iconográficos, nos quais se inserem os documentos cartográficos, devem ser alvo de programas de Gestão de Documentos, integrando-os a outros gêneros documentais, garantindo sua gestão, acesso e preservação (CONARQ, 2014).

Quanto ao acesso, poucos recebem boas descrições arquivísticas, o que os invisibiliza no interior dos vastos conjuntos documentais que as instituições custodiam. Não basta apenas disponibilizar imagens que pouco falam sobre o contexto de produção desses documentos. Promover o acesso exige uma grande atenção ao arranjo e à descrição, sendo estas adequadas e com base em princípios arquivísticos, caso contrário, as potencialidades do acesso, em especial o remoto, não se concretizam (GIACOMO; RODRIGUES, 2023). De acordo com a referida Resolução nº 41 do CONARQ, a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE) deve ser aplicada a esses documentos (CONARQ, 2014).

Contudo, o principal desafio que se coloca na custódia dessa documentação é a preservação, devido às suas especificidades, tais como as dimensões variadas, os diferentes suportes e técnicas de produção, a dificuldade de seu acondicionamento e até mesmo o manuseio e guarda inadequada. Os documentos cartográficos exigem um tratamento especial.

Desse cenário do tratamento documental dos documentos cartográficos, é preciso destacar que o âmbito em que se inserem nossas reflexões a seguir é o dos documentos permanentes e com documentos complexos, ou seja, os processos de divisão e demarcação de terras, os quais possuem diferentes gêneros e formatos documentais em sua composição. Não tratamos de um acervo apenas cartográfico, mas de peças documentais que compõem uma série documental específica. Diante disso, cabe a questão: *como tratar adequadamente os documentos cartográficos garantindo a eles o tratamento arquivístico e a visibilidade que merecem?*

Neste texto compartilhamos reflexões que surgiram a partir do trabalho com documentos cartográficos encontrados no acervo do Arquivo Permanente do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC/UFJF), no estado de Minas Gerais. Nosso estudo tem natureza qualitativa e exploratória. Trazemos, ao longo do texto, exemplos presentes em nosso conjunto documental, visando lançar luz sobre questões que permeiam o tratamento arquivístico e de conservação que estamos desenvolvendo na instituição. Assim, é por meio da exposição de alguns casos que discorreremos sobre a riqueza dos documentos cartográficos, dos cuidados no tratamento arquivístico, dos procedimentos adotados para a conservação dos documentos. Ao final, o que trazemos são resultados, mesmo que preliminares, que apontam um modelo de trabalho com esses documentos, que respeitam a natureza arquivística e permitem a correta conservação do suporte desses documentos.

Nosso acervo cartográfico é formado por itens dispersos em fundos e arquivos já organizados, ou seja, esses documentos não se constituem enquanto séries documentais, mas, como peças processuais. Assim, respeitando a organicidade dos conjuntos documentais, temos buscado um tratamento que possibilite a reunião lógica dos documentos, a preservação dos mais diferentes suportes e a divulgação destes a partir da criação de instrumentos de pesquisa, com uma abordagem ampliada e multidisciplinar.

Dessa forma, primeiro apontamos os conceitos que utilizaremos no nosso trabalho, em especial no que se refere ao documento cartográfico. Em seguida, apresentaremos nosso universo documental em questão,

os 'processos de divisão e demarcação de terras'. Por fim, traremos alguns exemplos de documentos cartográficos de nosso acervo, destacando o tratamento documental que está sendo realizado na instituição.

## Os documentos cartográficos

No plano conceitual, há dificuldades em encontrar consenso entre os diversos termos e as características de cada um dos itens que se inserem no conceito dos documentos cartográficos. Adotamos, em nosso estudo, os conceitos arquivísticos conforme apresentados no "Dicionário de Terminologia Arquivística" (2012) da Associação de Arquivistas de São Paulo, elaborados sob coordenação de Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto, e para o campo cartográfico, os trazidos no "Dicionário Cartográfico" (1987), de Cêurio de Oliveira.

Até há pouco tempo, os documentos cartográficos eram considerados "documentos especiais". Segundo Anna Carla Mariz e Thiago Oliveira, "o uso desse termo reside nas preocupações com a preservação de tais documentos, geralmente em suportes mais frágeis e que requerem um maior rigor quanto a sua conservação ao longo do tempo" (MARIZ; OLIVEIRA, 2020, p.17). Nesse cenário, o tratamento documental a eles dedicado, muitas vezes, se dava apenas vendo-os como peças isoladas e em razão dos suportes.

Atualmente, a preocupação conceitual deixou de focar nas necessidades de tratamento especial aos suportes documentais para a linguagem de registro e de compreensão da informação. Definimos os documentos cartográficos enquanto parte do gênero documental da documentação iconográfica. Isso, porque, conforme o referido dicionário arquivístico, documentação especial é a "documentação composta por gêneros documentais não textuais" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.40).

Gênero documental é "a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.52). Um desses gêneros documentais é a documentação iconográfica, que é compreendida como o "gênero documental que utiliza como linguagem básica a imagem" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.40). Já o documento cartográfico é entendido como "documentação iconográfica que tem por objeto superfícies e estruturas" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.40). Desse modo, estamos falando de documentos que não têm como base a escrita, mas imagens, as quais requerem um método específico de produção e de leitura de suas informações.

Nesse universo, observam-se diferentes formatos<sup>3</sup>, formas<sup>4</sup>, espécies documentais<sup>5</sup> e técnicas de registro<sup>6</sup>, como mapas<sup>7</sup>, croquis<sup>8</sup>, plantas<sup>9</sup>, cartas náuticas<sup>10</sup>, cartas celestes<sup>11</sup>, perfis<sup>12</sup>, globos<sup>13</sup> e fotografias aéreas<sup>14</sup>, por exemplo. O que mostra a complexidade e a pluralidade que há ao se trabalhar com os documentos cartográficos.

<sup>3</sup> "Formato: Configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.50).

<sup>4</sup> "Forma: Estágio de preparação e de transmissão de documentos" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.50).

<sup>5</sup> "Espécie documental: Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações neles contidas" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.46).

<sup>6</sup> "Técnica de registro: Mecanismo utilizado no registro das informações sobre um suporte (datilografia, desenho, impressão, manuscrita, gravação, fotografia, filmagem etc.)" (FERREIRA, 2021, p.10).

<sup>7</sup> "Mapa: Formato que corresponde à representação de determinadas características físicas ou abstratas da superfície da Terra ou de um corpo celeste, sob forma gráfica ou fotogramétrica, em suporte plano e escala superior a 1:20.000" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.58).

<sup>8</sup> "Croqui: Esboço preliminar ou experimental de um acidente topográfico ou de um conjunto de acidentes". "Croqui cartográfico: Mapa feito por meio de levantamentos com pouco ou nenhum controle. As informações são, em geral, insuficientes". "Croqui topográfico: 1. Esboço de levantamento expedido entre determinados pontos. 2. Vista perspectiva esboçada" (OLIVEIRA, 1987, p.131).

<sup>9</sup> "Planta: Formato que corresponde à representação de uma porção de terreno ou uma estrutura, sob forma gráfica ou fotogramétrica em suporte plano e escala inferior a 1:20.000" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p.68).

<sup>10</sup> "Carta hidrográfica: Carta náutica que representa as profundidades, a natureza do fundo do mar, as curvas batimétricas, as marés e as correntes de um determinado mar ou áreas terrestres e marítimas. O mesmo que carta náutica" (OLIVEIRA, 1987, p.79).

<sup>11</sup> "Planisfério: 1. Mapa com a representação de uma parte ou de toda a esfera num plano. 2. Representação da esfera celeste num plano, com o zênite do Pólo Norte ou do Pólo Sul, como centro. O mesmo que carta celeste; mapa do céu" (OLIVEIRA, 1987, p.423).

<sup>12</sup> "Perfil: Corte da superfície do terreno através de um traço que se estende ao longo duma linha fixa, como diretriz, e que representa a linha de Intersecção com aquela superfície ou com um estrato subjacente: o traço é, geralmente, uma reta vertical, e a diretriz é uma reta ou uma curva regular (como a direção central duma ferrovia ou rodovia). A superfície de Intersecção é uma superfície plana ou curva, regular, que pode ser desenvolvida num plano" (OLIVEIRA, 1987, p.413).

<sup>13</sup> "Globo: Esfera cuja forma superficial, representada através de símbolos e linhas de referência, retrata a superfície da Terra, em que se encontram as suas posições relativas" (OLIVEIRA, 1987, p.243).

<sup>14</sup> "Fotografia cartográfica: Fotografia aérea tirada com a câmera fotográfica rigorosamente calibrada, e de acordo com especificações cartográficas, diferindo, dessa maneira, da fotografia aérea obtida para outros fins. O mesmo que fotografia cartográfica aérea; fotografia topográfica; fotografia cartográfica; fotografia aérea" (OLIVEIRA, 1987, p.224).

Como aponta Marcos Prado Rabelo,

“De forma geral, a definição de documento cartográfico na literatura caminha no sentido do agrupamento de documentos, formado por coleção de mapas, plantas e desenhos acompanhados de documentos textuais. No entanto, é preciso entender que, arquivisticamente, documento cartográfico também tem função orgânica e por isso deve sempre estar interligado com as espécies documentais que fazem parte do seu processo de criação. A organização dessa documentação, não respeitando essa ordem, pode trazer uma descontextualização, que culminará em perda de informação” (RABELO, 2018, p.79).

É preciso, portanto, apesar das especificidades dos documentos cartográficos, garantir que a eles seja dado um tratamento arquivístico adequado, que mantenha a organicidade, destaque o contexto de produção documental e que permita aos leigos o acesso às informações que eles contêm, o que exige, muitas vezes, uma descrição refinada, realizada por profissionais que detenham conhecimentos de cartografia, engenharia ou arquitetura, por exemplo. Isso mostra a obrigatoriedade da adoção de um tratamento técnico multidisciplinar, com profissionais de diferentes áreas.

### **A série "Divisão e demarcação de terras" do fundo Fórum Benjamin Colucci**

O Arquivo Central/UFJF possui em seu Arquivo Permanente, no acervo de memória social, o Fundo Fórum Benjamin Colucci (FFBC), constituído por documentos produzidos desde 1832, oriundos da Comarca do Parahybuna, anterior à emancipação da cidade de Juiz de Fora (em 1850) e que se prolonga até meados de 1970. Foram incorporados ao nosso acervo permanente em 1996, em um acordo entre o Fórum, o então Arquivo Histórico da UFJF (que ficou com a guarda dos processos cíveis) e o Arquivo Municipal de Juiz de Fora (que ficou com a guarda dos processos criminais).

O FFBC possui mais de 30.000 itens documentais divididos em séries, das quais faz parte a série "Divisão e Demarcação de Terras". É o maior fundo custodiado no acervo do AC/UFJF em número de documentos, sendo, também, o mais consultado pelos pesquisadores, principalmente a série 'Inventários'. Desse modo, é um fundo que vem, nos últimos anos, passando por tratamento técnico visando a promoção do acesso, com a descrição de seus documentos (revisão e elaboração de instrumentos de pesquisa), e a conservação dos itens documentais (com a higienização, a adoção de práticas de pequenos reparos, digitalização e a troca dos acondicionamentos).

A série "Divisão e Demarcação de Terras" é composta por 308 processos datados entre os anos 1853 e 1964. Em 77 deles foram encontrados documentos cartográficos como plantas de fazendas, mapas topográficos ou mapas da medição e/ou divisão das terras em litígio, alguns acompanhados de relatórios descritivos. Pela natureza de seu conteúdo, é a série documental, até o momento, que possui o maior número de documentos cartográficos em nosso acervo. Não obstante, é preciso destacar que já foram localizados e identificados alguns itens em outras séries e fundos, como o fundo 'Companhia Pantaleone Arcuri', por exemplo.

Os documentos cartográficos estão inseridos em processos produzidos no contexto de demarcações e divisões de terras, atendendo demandas de inventários e testamentos e possuem uma riqueza informacional incomensurável – algo complementado pelo conteúdo dos processos dos quais fazem parte. Esta série contém muitas referências às fazendas históricas e sesmarias<sup>15</sup> da região, como Rio Novo, Simão Pereira, Belmiro Braga, por exemplo.

Cabe destacar o grande poder político e econômico que existiu na região da Zona da Mata mineira a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo pela proximidade com a Corte e o desenvolvimento da produção

<sup>15</sup> As sesmarias eram doações de terras feitas pelos donatários das Capitânicas ou pela Coroa portuguesa aos seus agentes e colonos, de forma geral, sendo uma política de ocupação que funcionou conjuntamente com a criação das capitânicas hereditárias.

cafeeira. Dessa forma, estamos tratando de documentos que têm uma grande potencialidade enquanto fontes historiográficas. Essas plantas e mapas trazem dados a respeito da economia da região e, também, do desenvolvimento urbano, apresentando a formação das cidades, a transformação do tecido urbano e seu entorno, além das transformações territoriais. Podemos observar nesses documentos cartográficos a descrição de itens construídos, a apresentação de áreas com plantação, a identificação de informações topográficas.

Figura 01: Planta (detalhe)

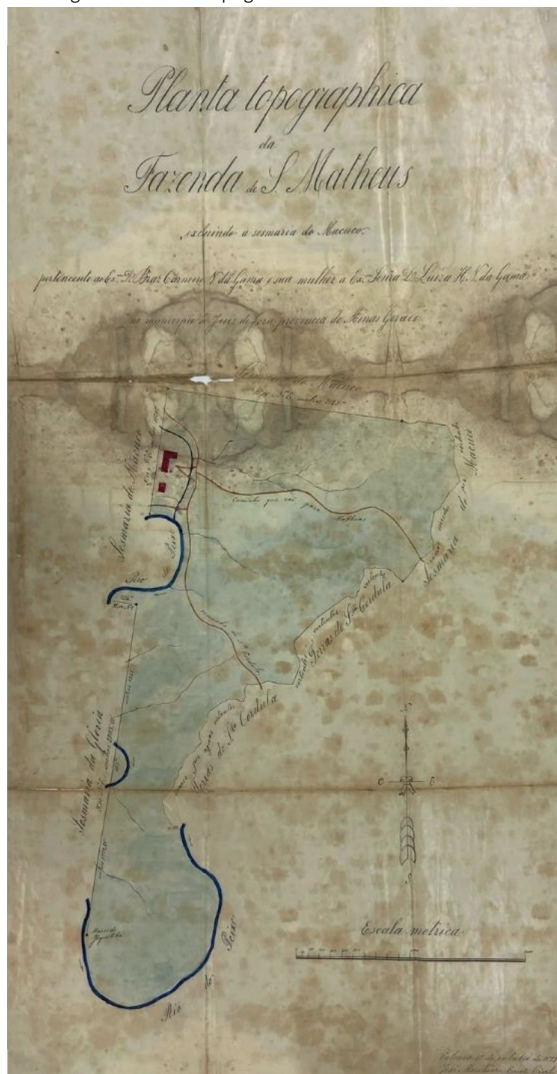


Fonte: Elaborado pelos autores. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (detalhe do documento BR\_MG\_UFJF\_AC\_CART\_FFBC\_DDTER\_1881\_005).

Um interessante exemplo é a planta da *Figura 01*, que faz parte de um processo de demarcação de terras em Juiz de Fora. Nela é apresentada, à esquerda, a linha de bonde (*Bonds*) por tração animal, datando de 1882. Estudos preliminares desse documento cartográfico trazem uma nova perspectiva, pois se acreditava que essa linha de bonde fosse de 1884. Assim, dois anos antes, já havia o registro do traçado dos bondes. Também podemos observar a curva do rio Paraibuna, alterada por retificação na década de 1960, devido às enchentes que atingiam o centro da cidade. Esse é um dos muitos exemplos de revisão e questionamentos que esses mapas e plantas poderão provocar na produção do conhecimento histórico, social, cultural e econômico da região.

Quanto às fazendas históricas, uma das mais importantes da região foi a Fazenda São Matheus (*Figura 02*). Fazenda produtora de café, fundada em 1709, pelo coronel Matias Barbosa da Silva. Em 1842 recebeu D. Pedro II e, na década de 1930, o então presidente Getúlio Vargas. A igreja foi erguida em 1933. O processo de medição da fazenda é datado de 1889. Hoje, a fazenda tem tombado o conjunto arquitetônico e paisagístico, o qual, além do uso turístico ainda mantém atividades agropecuárias. A partir da sua planta, podem ser observadas as propriedades com as quais ela fazia divisa, dados topográficos e a localização próxima ao rio do Peixe, além da posição em que se encontravam, à época, os ambientes construídos.

Figura 02: Planta topográfica da Fazenda São Matheus



Fonte: Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (documento BR\_MG\_UFJF\_AC\_CART\_FFBC\_DDTER\_1889\_003).

Diante de um impasse sobre quais medidas adotar em relação aos documentos cartográficos e da carência de literatura específica para nos nortear, nos vimos motivados a tentar estabelecer um procedimento que nos permitisse identificar, preservar e dar acesso às informações contidas nesses documentos.

Assim, esta série foi escolhida para o trabalho piloto com os documentos cartográficos de nosso acervo, com a ajuda de um aluno do curso de Geografia da UFJF, que então fazia seu estágio curricular no AC/UFJF. O conhecimento cartográfico que ele possuía foi importante para nos auxiliar a estabelecer os elementos descritivos necessários para a leitura dos documentos cartográficos, os quais foram, conseqüentemente, tomados como base na construção preliminar dos instrumentos de pesquisa. Como é natural, muitos outros poderão ser adotados no decorrer do procedimento de descrição arquivística desse conjunto documental.

Para iniciarmos nosso trabalho, utilizamos um banco de dados já existente do fundo 'Fórum Benjamin Colucci'. A partir dele foi criada uma segunda base de dados, específica para a série documental 'Divisão e Demarcação de Terras'. Assim, foi elaborado um inventário com 308 processos referentes a essa atividade no Fórum. Cada um dos processos da série foi consultado e folheado para a identificação da presença ou não de documentos cartográficos em seu interior, tendo em vista que essa informação não existia no instrumento de pesquisa anterior.

Nos processos em que houve a localização de documentos cartográficos, algumas informações foram colhidas, com base na arquivologia e na cartografia, para a complementação do novo instrumento de pesquisa. Dessa forma, foram inseridas informações complementares nos 77 itens documentais da série em que foram localizados documentos cartográficos, tais como a espécie, a forma e o formato documental (se são mapas, plantas, esboços, por exemplo), a autoria, a data, o título e a escala dos mapas e plantas.

Nessa fase, também houve a identificação das características físicas e técnicas dos itens e avaliação do estado de conservação de cada um deles. De modo geral, são documentos manuscritos, confeccionados em grandes dimensões, utilizando papéis diversificados e técnicas variadas, sendo encontradas tintas metalográficas, aquarelas, nanquim, lápis de cor, canetas, carimbos e selos (*Tabela 01*). Uma diversidade material que impõe tratamentos de conservação específicos para cada item deste acervo. Cada caso é único e exige tratamento próprio. Muitos itens estiveram dobrados e costurados entre as folhas dos processos por anos, sendo abertos a cada consulta e novamente dobrados por vezes de forma descuidada, criando sucessivos vincos e dobras (*Figura 02*).

Tabela 01: Coleta parcial de dados (detalhe)

Fundo	Série	Ano	Número	Caixa	Parte 1	Parte 2	Tipologia	Autor	Ano	Escala	Descrição	Identificação (processo original)	Localização do mapa	OBS	Ficha cartográfica
FFBC	Divisão e demarcação de terras	1881	01	06	Guilherme Justino <del>Halfois</del> e outra	Felismino Correa de Mendonça	Planta	José Antônio Alves	1882	1:5.000	Suporte: Papel Manuscrito (nanquim), colorido (aquarela), 34,0 x 100,0 cm	Página 338 do processo	Sala 12, mapoteca 02, gaveta 02	Contém 02 selos de 200 réis; Contém trecho central da cidade de Juiz de Fora, ainda com a curva do Rio Paraíba e a linha do bonde, puxado por tração animal.	BR_MG_UFIF_AC_CART_FFBC_DDT_ER_1881_005.PDF
FFBC	Divisão e demarcação de terras	1895	2	13	Antônio Manoel Tostes e outros	Juiz de Direito	Planta	Carlos Agostinho da Costa	1896	1:10.000	Suporte: Papel Manuscrito (nanquim), colorido no verso (aquarela), 91,5 x 71,5 cm	Página 382 do processo	Sala 12, mapoteca 02, gaveta 02	Planta das Sesmarias do Deserto e Cachoeira, distrito de Santana do Deserto. Planta ricamente detalhada quanto à divisão econômica e agrícola da área medida.	BR_MG_UFIF_AC_CART_FFBC_DDT_ER_1895_006.PDF

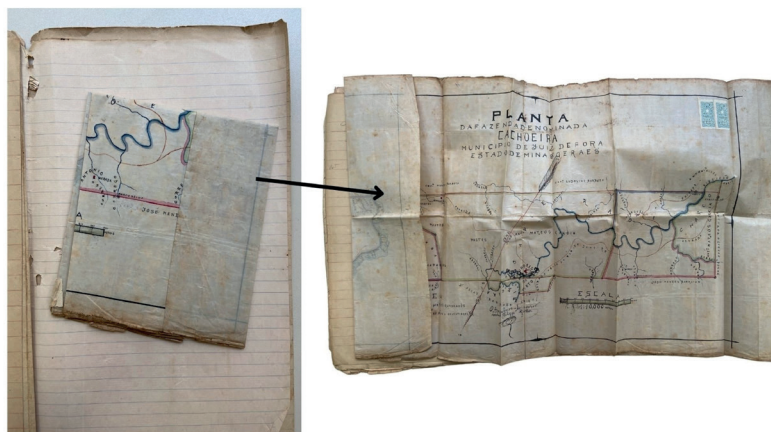
Fonte: Elaborado pelos autores.

A planta da *Figura 03* é um dos exemplos que podemos destacar. Ela é a planta da Fazenda da Cachoeira, localizada no então distrito de Chapéu d'Uvas, região onde atualmente existe a Barragem de Chapéu d'Uvas, construída a partir de 1957 e responsável por parte do abastecimento de água da cidade. O documento cartográfico data de 1895 e se encontrava dobrado e costurado no interior do processo do qual fazia parte. As sucessivas utilizações da mesma, com o tempo, provocaram alguns danos em razão do uso e da própria guarda dobrada por mais de um século. Assim, para a conservação da planta, bem como outras em situação semelhante, é necessária a planificação, visando diminuir essas deformações e dobras, para posterior guarda em mobiliário específico, as mapotecas.

Quanto aos principais danos encontrados, a maioria está relacionada aos cortes e rasgos provocados pelas dobras, sujidades, manchas e acidez. Não foi identificado nenhum item com grandes perdas de suporte ou informação.



Figura 03: Planta da Fazenda da Cachoeira



Fonte: Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (documento BR\_MG\_UFJF\_AC\_CART\_FFBC\_DDTER\_1895\_013).

A planta da Fazenda Boa Vista (*Figura 04*) é um bom exemplo do estado de conservação dos documentos cartográficos que possuímos e nos permite apresentar alguns desses danos que surgem nos documentos com o passar do tempo, com o uso, com o manuseio e o acondicionamento inadequados e mesmo em razão do suporte e dos materiais utilizados para o registro documental. No caso em questão, há rasgos, perdas de suporte, vincos, dobras, deformações, sujidade, rasgos, manchas de acidez. Cada um desses itens exige um tratamento de conservação ou restauro específico, visando manter a informação e o suporte. Os documentos são estudados para a escolha da melhor técnica e materiais a serem utilizados, além da adequação à nossa limitação material, assunto que não faz parte do nosso escopo neste momento.

Figura 04: Planta da Fazenda Boa Vista (estado de conservação)<sup>16</sup>

Fonte: Elaborado pelos autores. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (documento BR\_MG\_UFJF\_AC\_CART\_FFBC\_DDTER\_1892\_004).

Quanto ao suporte, encontramos uma grande variedade: papéis de trapo, papel vegetal, tecido, além das dimensões, para as quais não há padronização, implicando em muitas dobras para que os documentos pudessem figurar dentro dos processos, geralmente em tamanho ofício. A *Figura 05*, junto com as outras

<sup>16</sup> Tomamos a metodologia de Ana Paula Carvalho (2011) como referência para a exposição dos danos presentes no documento cartográfico da Fazenda Boa Vista.

analisadas no presente estudo, permitem observar a pluralidade que é o universo dos documentos cartográficos, em particular, os suportes desses documentos, o que constitui mais um elemento a ser cuidadosamente analisado para fins de conservação e restauro.

Figura 05: Quatro documentos cartográficos mostrando variadas técnicas e materiais



Fonte: Elaborado pelos autores. Documentos variados da Série 'Divisão e Demarcação de Terras'. Fundo Fórum Benjamin Colucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## O tratamento técnico adotado: ações arquivísticas e de conservação

Optamos, no decorrer do tratamento técnico do projeto piloto, pela retirada, ou seja, pelo desmembramento dos documentos cartográficos dos processos originais, tomando o cuidado de inserir a identificação e a nova localização do documento retirado – identificando a mapoteca e o número da sala –, respeitando suas características enquanto documento de arquivo e impedindo o sinistro e/ou perda de organicidade.

Até o momento contamos com 11 documentos cartográficos tratados e acondicionados e 6 em processo de tratamento, como mostra a *Figura 09*. À medida que são finalizados, 'Fichas cartográficas' vão sendo criadas, com imagens, visando a criação de um catálogo. Como é um trabalho em fase inicial, estamos ainda em processo de adequação. Provavelmente a versão final sofrerá algumas adaptações.

De modo geral, respeitando as características e demandas de cada documento, as etapas de tratamento de conservação compreendem o diagnóstico do estado do item, a limpeza manual de sujidade, a remoção manual de pontos de oxidação e de excrementos de insetos, a consolidação de pequenas áreas de rasgos, a planificação de vincos e dobras e o acondicionamento. O tratamento proposto está alinhado às práticas internacionais de conservação, e as orientações técnicas balizadas pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e da *Council on Library and Information Resources* (CLIR) e seguem o plano de trabalho:

- Realização do levantamento bibliográfico sobre materiais, métodos e técnicas de desenho e reprodução de plantas, mapas e demais documentos cartográficos;
- Estudo e identificação das técnicas de produção e reprodução dos documentos, como, por exemplo, processos cianótipos, tintas usadas (aquarelas, metalográficas), trabalho importante para definição de critérios ligados à preservação, conservação e restauração;
- Retirada do processo que contém o documento cartográfico da caixa de guarda, registrando

na 'Guia- Fora'. Preenchimento da ficha diagnóstico e acompanhamento;

- Preparação do processo: numeração das páginas utilizando lápis 6B, retirada das costuras, grampos e clips metálicos;
- Separação do documento cartográfico do restante do processo, identificando a página retirada e a localização na mapoteca. Identificação no documento cartográfico do processo do qual faz parte;
- Higienização a seco, usando trincha macia, remoção de sujidades utilizando bisturi e uso de pó de borracha, quando possível;
- Realização de testes de solubilidade dos pigmentos;
- Planificação com pesos, prensa e espátula;
- Pequenos reparos, visando a estabilização dos rasgos e cortes, utilizando papel japonês e cola neutra;
- Digitalização (frente e verso) e tratamento das imagens com criação de arquivo PDF<sup>17</sup>;
- Acondicionamento utilizando papel alcalino e guarda em mapoteca;
- Atualização da base de dados.

Alguns desses passos podem ser observados nas *Figuras 06, 07 e 08*. É preciso frisar que eles ainda estão em andamento, visto que a série de divisão e demarcação de terras é volumosa e o trabalho que vem sendo realizado é um projeto piloto. Assim, é uma fase que exige muitos estudos para a adoção do tratamento técnico adequado dos documentos cartográficos, seja no campo da conservação, seja na descrição arquivística.

Figura 06: Higienização

Fonte: Elaborado pelos autores. Documentos variados da Série 'Divisão e Demarcação de Terras'. Fundo Fórum Benjamin Colucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora.



Figura 07: Acondicionamento dos processos com referência aos documentos cartográficos

Fonte: Elaborado pelos autores. Documentos variados da Série 'Divisão e Demarcação de Terras'.

<sup>17</sup> As imagens são geradas em JPG, com a resolução de 300 dpi. O uso do formato PDF é visando a compactação e a disponibilização das cópias digitais aos usuários.

Fundo Fórum Benjamin Colucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora.

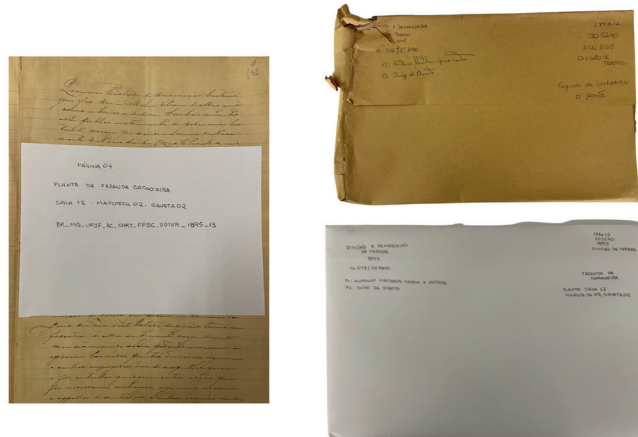


Figura 08: Guarda dos documentos em mapoteca




Fonte: Elaborado pelos autores. Documentos da Série 'Divisão e Demarcação de Terras'. Fundo Fórum Benjamin Colucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora.



Após o tratamento de conservação do documento cartográfico passa-se à descrição arquivística do mesmo, pois um dos objetivos do trabalho que vem sendo realizado é permitir o acesso a esses documentos. Isso pressupõe, como apontado anteriormente, uma leitura cartográfica da planta ou mapa, para que essas informações também estejam presentes no instrumento de pesquisa.

Figura 09: Ficha cartográfica

Fonte: Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (documento BR\_MG\_UFJF\_AC\_CART\_FFBC\_DDTER\_1881\_005).

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA ARQUIVO CENTRAL		 Arquivo Central UFJF
Fundo	Fórum Benjamin Colucci	
Série	Divisão e Demarcação de Terras	
Ano	1881	
Número	01	
Caixa	06	
Parte 1	Guilherme Justino Halfeld e outra	
Parte 2	Felismino Correa de Mendonça	
Obs 1	Anexo: planta (pg 338) e Apelação (15/02/1887)	
Documento Cartográfico		
Tipologia	Planta	
Autor	José Antônio Alves (agrimensor)	
Ano	1882	
Escala	1:5 000 metros	
Suporte	Papel	
Descrição	Manuscrito, colorido, 34,0 x 100,0 cm.	
Identificação	Página 338 do processo	
Localização atual	Sala 12, Mapoteca 02, gaveta 02	
Obs 2	Contém 02 selos de 200 réis	

A ficha da *Figura 09* é um dos exemplos de como está sendo realizada a descrição dos documentos cartográficos e a forma como cada item documental será disponibilizado para acesso. Há a preocupação de manter a organicidade do documento, como pode ser observado nos campos: "fundo", "série", "ano", "número" (dentro do ano em que ele foi produzido), "caixa", "partes envolvidas" no processo, "observação". Contudo, o mais importante é o campo "identificação", pois nele há a marcação do lugar que a planta ocupa no processo. Todas essas informações reforçam que aquele documento cartográfico foi produzido em determinado contexto, destacando sua natureza arquivística, como uma fonte de prova para a época e, hoje, uma rica fonte de informação.

No que diz respeito ao conhecimento cartográfico, os campos "autor" e "escala" são fundamentais para se conhecer o responsável pelo documento e as dimensões reais da superfície retratada no documento cartográfico. Ainda carecemos, infelizmente, de uma leitura cartográfica mais pormenorizada de cada item documental, em que haja a apresentação tipográfica, dos ambientes construídos, da localização geográfica, de informações sobre atividades produtivas, por exemplo. Esse é o próximo passo, no intuito da construção de um catálogo dessa documentação.

A descrição desses documentos exige que seja feito esse trabalho mais refinado de tradução da linguagem cartográfica para os usuários que a desconhecem. Essa leitura trará a esses documentos as informações históricas, econômicas, arquitetônicas e topográficas fundamentais para expandir as possibilidades de uso dos mesmos<sup>18</sup>. Poucos são os documentos cartográficos que possuem um relatório descritivo da época. É preciso que façamos isso agora.

Portanto, todo esse trabalho vem sendo empreendido por concordamos com Heloísa Bellotto quando ela expõe que os "arquivos são entidades destinadas a gerir, guardar e dar acesso às informações contidas naqueles documentos" (BELLOTTO, 2014, p.132). Algo possível apenas a partir da adoção de um tratamento técnico com base nos princípios arquivísticos, voltado para o acesso pleno do cidadão, não apenas dos pesquisadores, ao universo da informação. É por meio do acesso dos cidadãos aos Arquivos que essas instituições se posicionam socialmente (BELLOTTO, 2014, p.134).

A melhor maneira de promover o acesso e garantir a preservação dos documentos cartográficos é a sua digitalização. Ter esses documentos em formato digital e, sobretudo, disponíveis em ambientes digitais, contribui para o amplo acesso e disseminação dos documentos arquivísticos por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação; permite o intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas; promove a difusão e reprodução dos acervos arquivísticos não digitais, em formatos e apresentações diferenciados do formato original; incrementa a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio.

Contudo, essa digitalização não deve ser realizada de forma aleatória. Ela deve estar inserida numa política institucional de digitalização de documentos, usando os meios tecnológicos adequados para a captura da imagem digital, para a preservação digital e a promoção do acesso em ambientes digitais. Os documentos cartográficos em questão estão sendo digitalizados após passarem pelos procedimentos de conservação preventiva, porém, os arquivos digitais ainda não estão disponíveis. Este texto é a primeira divulgação que estamos fazendo. Provavelmente, a partir da publicação haverá procura por esse material.

<sup>18</sup> Conforme argumenta Heloísa Bellotto, podem ser de três tipos os usos dos documentos de arquivo: 1) o uso prático, realizado pelo administrador, pelo jurista ou por outros profissionais, isso de modo operativo (ações ou informação para ações); 2) o uso popular, realizado pelo cidadão, de modo informativo (sentido cultural ou de caráter pessoal e para direitos); e 3) o uso acadêmico, realizado pelo pesquisador ou pelo historiador, de modo especulativo (científico ou sociocultural) (BELLOTTO, 2014, p.180).

## Considerações finais

O trabalho com os documentos cartográficos que possuímos sob custódia do AC/UFJF exige muitas reflexões para que seja empregado o melhor tratamento arquivístico e de conservação possível, tendo em vista a antiguidade dos documentos, os modos inapropriados de guarda e as mais diferentes técnicas utilizadas na sua produção. Visamos organizar, preservar e promover o acesso a esses documentos.

Desse modo, a primeira ação adotada é compreender que os documentos cartográficos devem ser tratados de forma especial em razão do suporte que possuem, mas não podem deixar de fazer parte dos documentos em que estavam inicialmente inseridos. Assim, é preciso manter a união lógica entre os documentos textuais e os documentos cartográficos, reforçando a organicidade que possuem e o contexto em que plantas e mapas foram produzidos.

Além disso, a correta identificação da técnica de registro utilizada na produção do documento, bem como seu suporte, é a melhor forma de preservá-lo. A partir dessas informações podem ser definidas as formas de conservação preventiva, buscando evitar agentes nocivos, realizar procedimentos de higienização, pequenos reparos e planificação, fazer a digitalização quando conveniente e promover o arquivamento em posição e mobiliários adequados.

Toda essa preocupação com a guarda e a conservação só faz sentido com o objetivo de disponibilizar a informação. Promover o acesso é fundamental aos Arquivos. É como nos posicionamos socialmente. Apenas assim, com o tratamento documental arquivístico adequado que poderemos dar luz e tornar públicos muitos documentos cartográficos que figuram em nossos acervos. Quantos exemplares não temos arquivados que se assemelham à tabuleta babilônica 'o mapa babilônico do mundo' e necessitam de um intermediador (que pode ser um profissional de arquivo, um pesquisador da história da cartografia ou de área correlata) "para terem voz"?

No que diz respeito aos documentos da série "Divisão e demarcação de terras" do FFBC, estamos com o projeto em execução. Os resultados que possuímos se direcionam ao esboço de uma proposta preliminar de tratamento técnico que contemple os princípios arquivísticos e os procedimentos de conservação para documentos tão ricos quanto os cartográficos. Os exemplos elencados ao longo do texto destacam a importância de cuidarmos adequadamente dos documentos cartográficos, dando-lhes voz, espaço e o protagonismo que merecem em nossos acervos.

## Referências

BELLOTTO, H.. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a educação. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.132-143.

\_\_\_\_\_. O papel instrumental dos arquivos. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.179-185.

BELLOTTO, H.; CAMARGO, A. M.. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. 3ª ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

BERNARDES, I. P. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 164-179, jul./dez. 2015.

BRITISH MUSEUM. *Tablet 'The map of the world'*. Disponível em: [https://www.britishmuseum.org/collect/objects/W\\_1882-0714-509](https://www.britishmuseum.org/collect/objects/W_1882-0714-509). Acesso em: 19 abr 2023.

BROTTON, J. *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CARVALHO, A. P. C. de. *Preservação de plantas arquitetônicas: identificação e conservação de cianótipos*. 2011. 165p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Resolução nº 41, de 09 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-41-de-9-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 21 abr. 2023.

DUARTE, P. A. *Cartografia básica*. Florianópolis: UFSC, 2002.

FERREIRA, M. C. B.F. *Orientações técnicas: Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Rio Claro: Arquivo Público do Município Rio Claro, 2021.

GIACOMO, L. H. S.; RODRIGUES, A. F. Acesso remoto e o tratamento documental: os sites de instituições arquivísticas e a disponibilização online de seus conjuntos documentais. *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, Florianópolis, v. 33, n. 66, p.1–25, jan-jun. 2023. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1125>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARIZ, A. C.; VIEIRA, T. Classificações dos arquivos e dos documentos de arquivo. In: MARIZ, A. C.; RANGEL, T. (orgs.). *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. p. 9-25.

OLIVEIRA, C. de. *Dicionário Cartográfico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

RABELO, M. P. O contexto arquivístico dos documentos cartográficos e suas relações de origem nas diferentes áreas do conhecimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA- CNA, 8, 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos... *Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn*, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 66-83, out. 2018. Disponível em: [http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6\\_nesp/racin\\_v6\\_nesp\\_TA\\_GT02\\_0066-0083.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT02_0066-0083.pdf). Acesso em 19 abr. 2023.

Recebido em 24 abr. 2023.  
Aprovado em 22 maio 2023